



Ingresso e permanência do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos cursos de graduação da Unicamp.

Bolsista: Beatriz Rodrigues de Almeida RA: 167398

Orientador: Prof. Dr. Régis Henrique dos Reis Silva

Local de execução: Paideia – FE/Unicamp

1. Introdução

Traçar um resgate do legado das pessoas com deficiência, no Brasil e no mundo, nos exprime – e reforça, de certo modo – o preconceito, a intolerância e o desamparo aos quais essas pessoas sempre estiveram sujeitas, em muitas e variadas sociedades. As políticas públicas tardaram a tratar da garantia dos direitos da pessoa com deficiência, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação escolar comum.

Nessa retomada da história da educação especial, sobretudo no Brasil, é possível constatar que as pessoas com deficiência foram, tradicionalmente, marginalizadas e excluídas da sociedade em que viviam. Dentre os aparatos legais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) recebe destaque no que diz respeito à construção e implementação de políticas públicas que promovem uma educação de qualidade para todos, pautada nos direitos humanos, na democratização do ensino e no conceito de cidadania, que reconhece as diferenças e a participação de todos os indivíduos.

Segundo Alves (2014 p. 112), nessa política “exclui-se a perspectiva do atendimento especializado como um recurso substitutivo à escolarização comum, possibilidade presente nos documentos anteriores a esta política [...]”. Ao considerarmos todo o legado da educação especial no Brasil, é evidente que “a PNEEPEI ocupa lugar de destaque ao propor novas práticas que produzem efeitos sobre os modos de concepção da identidade de alunos da educação especial” (MACHADO; PAN, 2012, p. 275) e significa um avanço em termos da concepção do indivíduo com deficiência e da garantia de mudança da compreensão do lugar que essas pessoas devem ocupar na educação.

Ponderando a produção científica que se volta à temática do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (PAEE-EI), tem-se observado, nos últimos anos, um maior interesse em relação a essa problemática no ensino superior. A pesquisa bibliográfica compilada revela, no entanto, que há, ainda, poucas análises que se debruçam a investigar o ingresso e permanência dos estudantes PAEE-EI nas universidades brasileiras, especialmente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Diante dessa realidade, em que as pessoas com deficiência seguem enfrentando barreiras para ter acesso e, mais que isso, condições de permanência na universidade, buscamos, como objetivo geral, compreender quais as condições de ingresso e permanência dos estudantes PAEE-EI matriculados nos cursos de graduação da Unicamp, fundamentando-nos nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

2. Materiais e Métodos

As fontes bibliográfico-documentais foram pesquisas que trataram da temática da educação especial na perspectiva da educação inclusiva enquanto Direito Social, publicadas em periódicos científicos, anais de congressos, no formato de livros etc., assim como outros documentos oficiais que norteiam as políticas de ingresso e permanência do PAEE-EI no ensino superior.

A partir do histórico das políticas de educação especial no Brasil, bem como sua implementação nas IEs, dirigimos a atenção às ações e medidas implantadas e implementadas na Unicamp ao longo dos anos, uma vez que há poucos estudos que tratam das universidades estaduais brasileiras, em particular da Unicamp.

Dando continuidade à pesquisa, pretende-se realizar a pesquisa de campo a partir de novembro de 2020. Nesta utilizaremos como técnica de coleta de dados a entrevista por meio de questionário eletrônico – devido à suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia – semiestruturado junto aos gestores universitários da administração superior responsáveis pelos cursos de graduação, gestores dos setores acadêmicos de ingresso (processos seletivos) e gestores dos setores de registro acadêmico (matrículas). É importante a coleta de informações referentes aos dados pessoais, profissionais e à função que o gestor exerce, observando as diretrizes das políticas nacionais de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na pró-reitoria, órgão e/ou setor sob sua responsabilidade.

A técnica da entrevista via questionário semiestruturado também será utilizada nas entrevistas junto aos coordenadores de cursos e dois estudantes PAEE-EI matriculados nos cursos de graduação das áreas do conhecimento já mencionadas, mas neste caso serão utilizados formulários eletrônicos para coletar informações sobre os dados pessoais, profissionais e as condições de acesso e permanência do PAEE-EI no ensino superior da Unicamp. Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, CAAE número 38297720.4.0000.8142 e aguarda aprovação.

3. Resultados - As políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva nas universidades brasileiras

3.1 Um panorama brasileiro

O histórico da educação especial no Brasil nos revela que o acesso à educação das pessoas com deficiência foi um direito conquistado ao longo dos anos na nossa sociedade. Se o acesso à educação básica foi árduo e tardio, a chegada das pessoas com deficiência ao ensino superior foi ainda mais custosa. Atualmente, o ingresso do público-alvo da educação especial (PAEE) nas universidades brasileiras é uma realidade, ainda que com diversas barreiras a serem enfrentadas.

Por exemplo, o mais recente Censo da Educação Superior, de 2018, aponta a presença de 43.633 matrículas do PAEE, 0,52% do total de matrículas nos cursos de graduação, o que significa um aumento de mais de 10 mil pessoas em relação ao ano anterior. Quanto a esses alunos, o Censo identifica 13 tipos de deficiência, sendo os estudantes com deficiência física a maioria e com surdocegueira a minoria.

Essas estatísticas mostram o quanto a participação do PAEE no ensino superior é mínima. Daí a importância de ressaltar a obrigação das instituições de ensino superior em promover e garantir a acessibilidade desses estudantes no que concerne à normatização e à legitimação do acesso e participação do PAEE nas IES.

Considerando o desafio de transpassar a era da normatização em direção à legitimação, ou seja, a efetivação do que tem sido conceituado formalmente, devemos compreender “de que maneira as IFES brasileiras estão se organizando em termos estruturais e de funcionamento a fim de legitimar os direitos de acesso, participação, permanência e formação do público-alvo da Educação Especial no ensino superior” (CABRAL; MELO, 2017, p. 61).

3.2 Na Unicamp

Orientando a discussão para a Universidade Estadual de Campinas, é possível identificar uma tentativa de acolhimento e inclusão dos estudantes desde 1976, quando foi criado o Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), que até hoje tem papel fundamental no apoio a todos os universitários. O SAE é responsável pela concessão e gerenciamento de bolsas-auxílio (social, moradia, pesquisa, cultural, alimentação e transporte), por orientação educacional, jurídica e psicológica e assistência social. Segundo Alcoba (2008, p. 16) “a inclusão social foi também um dos motivos que levou a Unicamp a criar um modelo próprio de vestibular, porque desenvolveu a consciência de que os

concursos dos quais participava tendiam a discriminar negativamente as classes menos favorecidas”.

Pensando na inclusão das pessoas com deficiência, desde 1987, quando passou a ter um vestibular próprio, a Unicamp tem buscado oferecer condições para os candidatos e seus possíveis estudantes. Alunos com surdez, por exemplo, ao declararem a deficiência no ato da inscrição para o vestibular, têm suas provas avaliadas por corretores que compreendem suas dificuldades ao utilizar a Língua Portuguesa. Alcoba (2008) destaca que, em 2006, a Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest) dispôs de um profissional para escrever as respostas de um candidato com dislexia, além de outros apoios específicos que necessitam outros candidatos.

A Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp segue com os atendimentos no Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Prof. Dr. Gabriel O. S. Porto” – CEPRE desde 1973. Atualmente, tem como finalidades o fomento à pesquisa, ao ensino, e a realização de atendimentos no campo das deficiências sensoriais a toda comunidade. Aqui, os objetivos são assistencialistas, visando a habilitação e a reabilitação, sem considerar as necessidades enquanto estudantes, tendo em vista a formação médico-assistencialista desses profissionais (fonoaudiólogos, principalmente).

Em dezembro de 2002 é inaugurado o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central César Lattes – LAB –, em acordo com as normas brasileiras de acessibilidade (NBR 9050-ABNT), a primeira iniciativa a se preocupar especificamente com a vida acadêmica do aluno com deficiência na Unicamp (ALCOBA, 2008). Ele foi construído por meio de recursos do projeto de infraestrutura aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e de outro projeto aprovado pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da Unicamp.

O LAB tem como objetivo possibilitar uma vivência inclusiva na universidade, apoiando o atendimento educacional especializado no ensino superior, orientando usuários nas pesquisas e padronizações de trabalhos acadêmicos, auxiliando na localização e obtenção de documentos internos e externos, interagindo com docentes das faculdades e institutos, a fim de preparar materiais, habilitando os estudantes ao uso das tecnologias assistivas, disponibilizando os equipamentos para estudos, pesquisa e lazer, promovendo apoio didático, proporcionando um ambiente adequado aos usuários com deficiência e aos pesquisadores do tema, Incentivar a autonomia e a independência acadêmica dos usuário, produzir material acessível, contribuir para a produção científica e práticas em acessibilidade e, sobretudo, fomentar, divulgar e praticar a inclusão.

Em parceria com o LAB, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED, da Faculdade de Educação da Unicamp apresentou o projeto “Acesso, Permanência e Prosseguimento da Escolaridade de Nível Superior de Pessoas com Deficiência: Ambientes Inclusivos” à Secretaria de Educação Especial - SEESP, do Ministério da Educação, que foi contemplado com financiamento do Programa de Apoio à Educação Especial - Proesp/2003, iniciativa dessa Secretaria em parceria com a CAPES (SILVA, 2007; ALCOBA, 2008). Tal projeto, segundo Alcoba (2008), buscou, de 2003 a 2008, a garantia do direito à permanência das pessoas com deficiência na universidade, sendo esta um ambiente inclusivo de ensino e aprendizagem. Essa parceria resultou em diversas outras contribuições conjuntas, formando, assim, o grupo Todos Nós: Unicamp Acessível.

Atualmente, o Vestibular da Unicamp apresenta, em seu edital, as condições para a declaração de deficiência, sendo necessário o preenchimento de um formulário e relatório em que estão declaradas e certificadas as deficiências por um atestado médico no ato da inscrição (UNICAMP, 2019). Para a realização da prova, os candidatos que exigirem recursos específicos (letra ampliada, transcrição, leitor etc) poderão ser atendidos. Além disso, o edital prevê, também, a possibilidade de tempo adicional para esses estudantes. No entanto, apesar das pessoas com deficiência serem mencionadas no edital do vestibular, as estatísticas disponíveis no site da Comvest não revelam dados sobre os candidatos e/ou aprovados com deficiência.

A Deliberação CONSU-A-032/2017, de 21 de novembro de 2017, apresenta as formas de ingresso nos cursos de graduação da Unicamp, reafirmando as ações afirmativas para promover a diversidade étnico e cultural acadêmica, diminuindo desigualdades. A partir disso, a Unicamp tem desenvolvido importantes ações visando a implantação de políticas de acesso e permanência do PAEE. Como exemplos, temos o Grupo de Trabalho Incluir, de agosto de 2017 (Resolução GR-47/2017) e o Observatório de Direitos Humanos, de novembro de 2018 (Resolução GR-046/2018),

que se tornou a Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DEDH) em 26 de março de 2019 (Deliberação CONSU-A-004/2019).

A DEDH tem, desde 2019, uma Comissão Assessora de Acessibilidade, coordenada pela Prof^a. Dr^a Núbia Bernardi. Ela tem como objetivo possibilitar condições de acessibilidade e permanência ao público-alvo da educação especial (estudantes, funcionários e usuários dos serviços oferecidos pela Unicamp), com a responsabilidade ética de atender às conquistas legais das pessoas com deficiência.

Como meta da Comissão está, além de aprimorar os sistemas de identificação e caracterização do PAEE, relacionar as informações da vida acadêmica de discentes, docentes e funcionários com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com o propósito de proporcionar uma vivência inclusiva na Unicamp. Nesse sentido, o levantamento do Censo dos alunos com deficiência da Unicamp foi possível a partir de informações disponibilizadas pela Diretoria Acadêmica (DAC) da universidade. Segundo os dados concedidos, no primeiro semestre de 2020 foram identificados 51 estudantes com deficiência, sendo: 15 com baixa visão; 11 com deficiência motora; 10 com deficiência auditiva; 09 com deficiência física; 03 com cegueira; 02 com surdez; 01 com surdocegueira.

As iniciativas evidenciam que, desde que as discussões acerca da inclusão conquistaram espaço, a Unicamp tem se esforçado em busca de uma universidade mais acessível e democrática. É importante ressaltar, contudo, que ainda temos um longo caminho a percorrer em direção de uma universidade pública para todos, como ressaltam Bittencourt e Camargo (2010, p. 64)

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), nos últimos anos vem implementando várias iniciativas para tornar os espaços construídos mais acessíveis aos deficientes, garantindo-lhes a cidadania e o acesso ao meio acadêmico. Todavia, visto a escassez de investigações sobre este tema, pouco ainda se sabe sobre o impacto dessas ações na vida dos estudantes e as percepções dos universitários deficientes sobre a acessibilidade nos espaços da universidade.

Diante dessa referência, sabendo que há estudantes com deficiência na Unicamp, importa, agora, compreender de que maneira eles estão se organizando, tendo suporte, apoio e atendimento, suas condições de ingresso e permanência, para que possam exercer o seu direito de ter acesso à educação e a todos os bens e serviços os quais a universidade oferece.

4. Considerações finais

A chegada e o ingresso à universidade são uma realidade difícil e um sonho distante para todos os brasileiros que são, de alguma forma, parte de minorias – na concepção social da palavra –, sejam jovens de camadas mais pobres da sociedade, negros, indígenas ou com deficiência. O sucateamento da educação pública no Brasil, especialmente no que diz respeito à educação básica, tem trazido diversas consequências à sociedade, inclusive o difícil acesso dos grupos minoritários ao ensino superior.

A busca pelo trabalho desenvolvido na Unicamp nos mostra que, nos últimos anos, há a promoção de ações que visam a implantação e implementação de políticas de ingresso e permanência do PAEE-EI em seus cursos de graduação, a exemplo do grupo Todos Nós: Unicamp Acessível, do espaço do LAB, do Grupo de Trabalho Incluir, do Observatório de Direitos Humanos, transformado em Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DEDH), que dispõe da Comissão Assessora de Acessibilidade. Apesar disso, a universidade ainda carece de informações a respeito de seus estudantes com deficiência, da existência de uma política de acessibilidade e inclusão do PAEE-EI melhor detalhada em seu Planes.

Por fim, embora a Unicamp tenha um histórico longínquo de ações de acessibilidade e inclusão dos estudantes PAEE-EI na universidade, atualmente, percebe-se que ela se encontra em um momento de formulação das estratégias para a identificação das barreiras de acesso e permanência dos referidos estudantes nos cursos de graduação da instituição, visando a implantação da sua política de acessibilidade.

5. Referências Bibliográficas

ALCOBA, Susie de Araújo Campos. **A inclusão de alunos com deficiência na universidade: o desafio pedagógico**. Tese de doutorado “Estranhos no ninho: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp”, São Paulo, UNICAMP, 2008.

ALVES, Denise Soares da Silva. **Uma análise da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no município de Jundiaí**, SP. 2014. 279f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas. Campinas, 2014.

BITTENCOURT, Zélia Zilda Lourenço de Camargo; CAMARGO, Francine Popes de. **Percepções do estudante com necessidades educacionais especiais sobre a Política de Acessibilidade na Universidade**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. 9, n. 10. Dez. 2010, p. 61-78.

BRASIL, **Censo da Educação Superior**. Notas Estatísticas. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2020.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Do Nada ao Tudo: políticas públicas e a educação especial brasileira. Educação & Realidade, v. 37, n. 1, p. 273-294, 2012.

SILVA, Paloma de Oliveira Fernandes da. **Inclusão na universidade: um estudo sobre ações afirmativas/inclusivas na Unicamp**. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2007.

UNICAMP. **Deliberação CONSU-A-004/2019**, de 26 de março de 2019. Institui a Diretoria Executiva de Direitos Humanos.

UNICAMP. **Edital Vestibular Unicamp 2019**. Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/wp-content/uploads/2018/07/Edital_VU_2019.pdf. Acesso em 06 de julho de 2020.

UNICAMP. **Resolução GR-046/2018**, de 29 de novembro de 2018. Constitui o Observatório de Direitos Humanos.

UNICAMP. **Resolução GR-47/2017**, de 17 de agosto de 2017. Constitui o Grupo de Trabalho Incluir.